



CAPITULO IV

4. DOS BALANÇOS GERAIS

4.1. Balanços da Administração Direta

4.1.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas, devendo ser apresentado conforme anexo 12, da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

TABELA 70

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Conforme MCASP, 5ª edição)

(1,00)						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)		
RECEITAS CORRENTES	14.392.689.408,96	14.803.645.236,01	14.734.686.347,35	-68.958.888,66		
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.012.065.795,60	8.378.866.284,38	8.486.133.161,22	107.266.876,84		
RECEITA PATRIMONIAL	241.900.000,00	246.119.100,82	505.543.676,02	259.424.575,20		
RECEITA DE SERVIÇOS			11.181.020,46	11.181.020,46		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.906.639.086,58	5.946.660.324,03	5.401.616.646,33	-545.043.677,70		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	232.084.526,78	231.999.526,78	330.211.843,32	98.212.316,54		
RECEITAS DE CAPITAL	3.123.197.930,37	2.593.655.743,38	1.786.129.324,76	-807.526.418,62		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.020.494.212,98	1.456.773.322,95	1.190.525.228,89	-266.248.094,06		
ALIENAÇÃO DE BENS	17.413,76	106.825,88	22.325,38	-84.500,50		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.099.569.564,15	1.133.658.855,07	595.581.770,49	-538.077.084,58		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.116.739,48	3.116.739,48	0,00	3.116.739,48		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	17.515.887.339,33	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11	-876.485.307,28		
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00			0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO =(III)						
(I+II)	17.515.887.339,33	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11	-876.485.307,28		
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (V)=(III+IV)	17.515.887.339,33	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11	-876.485.307,28		
SALDO DE EXER. ANTERIORES (UTILIZ. PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-		
Superávit Financeiro	-	-	-	-		
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO i=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	9.401.373.357,57	9.906.748.820,81	9.505.401.465,40	9.386.154.360,60	9.217.854.063,74	401.347.355,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.832.940.481,35	4.868.106.136,28	4.776.717.422,68	4.773.098.560,75	4.685.456.848,51	91.388.713,60
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	276.580.495,00	231.423.495,00	227.018.789,46	227.018.789,46	227.018.789,46	4.404.705,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.291.852.381,22	4.807.219.189,53	4.501.665.253,26	4.386.037.010,39	4.305.378.425,77	305.553.936,27
DESPESAS DE CAPITAL	4.084.364.869,87	5.206.460.274,35	2.443.718.263,36	2.192.898.595,39	2.182.441.165,18	2.762.742.010,99
INVESTIMENTOS	3.500.322.049,87	4.466.541.175,43	1.722.912.521,89	1.472.092.853,92	1.461.635.423,71	2.743.628.653,54
INVERSÕES FINANCEIRAS	115.805.912,00	253.721.880,30	244.274.232,51	244.274.232,51	244.274.232,51	9.447.647,79
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	468.236.908,00	486.197.218,62	476.531.508,96	476.531.508,96	476.531.508,96	9.665.709,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.169.987,50		0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	13.530.908.214,94	15.113.209.095,16	11.949.119.728,76	11.579.052.955,99	11.400.295.228,92	3.164.089.366,40
AMORT. DA DIV./REFINANCIAMENTO (VII)	63.480.907,00	50.514.907,00	50.507.076,62	50.507.076,62	50.507.076,62	7.830,38
Amortização da Dívida Interna	63.480.907,00	50.514.907,00	50.507.076,62	50.507.076,62	50.507.076,62	7.830,38
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C. REFINANCIAMENTO)						
(VII)=(VI+VII)	13.594.389.121,94	15.163.724.002,16	11.999.626.805,38	11.629.560.032,61	11.450.802.305,54	3.164.097.196,78
SUPERÁVIT (IX)	3.921.498.217,39	2.233.576.977,23	4.521.188.866,73	-	-	-2.287.611.889,50
TOTAL (X)=(VIII+IX)	17.515.887.339,33	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11	11.629.560.032,61	11.450.802.305,54	876.485.307,28

FONTE: S2GPRSEFAZ



TABELA 71

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Conforme Lei nº 4.320/64)

RECEITA			
(R\$ 1,00)			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	14.803.645.236,01	14.734.686.347,35	-68.958.888,66
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.378.866.284,38	8.486.133.161,22	107.266.876,84
RECEITA PATRIMONIAL	246.119.100,82	505.543.676,02	259.424.575,20
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	11.181.020,46	11.181.020,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.946.660.324,03	5.401.616.646,33	-545.043.677,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	231.999.526,78	330.211.843,32	98.212.316,54
RECEITAS DE CAPITAL	2.593.655.743,38	1.786.129.324,76	-807.526.418,62
SOMA	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11	-876.485.307,28
DEFÍCIT	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11	-876.485.307,28

DESPESA			
(R\$ 1,00)			
TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
CRÉDITOS ORDINÁRIOS			
E SUPLEMENTARES	14.920.291.658,09	11.999.626.805,38	-2.920.664.852,71
CRÉDITOS ESPECIAIS	243.432.344,07	0,00	-243.432.344,07
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SOMA	15.163.724.002,16	11.999.626.805,38	-3.164.097.196,78
SUPERÁVIT	2.233.576.977,23	4.521.188.866,73	2.287.611.889,50
TOTAL	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11	-876.485.307,28

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 da Administração Direta e a tabela resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:



TABELA 72

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA COM DEDUÇÕES E RESTITUIÇÕES

(R\$ 1,00)		
Valores Brutos	Prevista	Realizada
Receita Corrente	17.142.903.203,26	17.023.863.290,77
Receita de Capital	2.593.655.743,38	1.786.129.324,76
Receita Intraorçamentária	1.778.000,00	34.356.588,79
Total da Receita	19.738.336.946,64	18.844.349.204,32
Dedução para a Formação do FUNDEB	Prevista	Realizada
Dedução da Receita Corrente	2.341.035.967,25	2.297.694.414,33
Dedução da Receita de Capital	0,00	0,00
Total das Deduções	2.341.035.967,25	2.297.694.414,33
Restituições de Receita	Prevista	Realizada
Restituição da Receita Corrente	0,00	25.839.117,88
Restituição da Receita de Capital	0,00	0,00
Total das Deduções	0,00	25.839.117,88
Total das Deduções da Receita	Prevista	Realizada
Corrente	2.341.035.967,25	2.323.533.532,21
Capital	0,00	0,00
Total	2.341.035.967,25	2.323.533.532,21
Valores Líquidos	Prevista	Realizada
Receita Corrente	14.801.867.236,01	14.700.329.758,56
Receita de Capital	2.593.655.743,38	1.786.129.324,76
Receita Intraorçamentária	1.778.000,00	34.356.588,79
Total	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;

Com a adoção do novo modelo de Balanço Orçamentário para a Administração Pública, conforme dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 5ª edição, válida para o ano de 2013, as receitas e despesas de capital devem ser evidenciadas segregando as operações relacionadas ao refinanciamento da dívida pública. Dessa maneira, a evidenciação das Receitas de Capital com Operações de Crédito e das Despesas de Capital com Amortização da Dívida dão destaque a essas operações, não constando totalizadas no Balanço Orçamentário. A tabela abaixo congrega essas operações e evidencia o total da Receita de Capital com operações de crédito e o total da Despesa de Capital com amortização de Empréstimos do Estado do Ceará, constantes no Balanço Orçamentário da Administração Direta, no ano de 2013:



TABELA 73
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL

(R\$ 1,00)

Receita de Capital - Operações de Crédito	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Diferença
Operações de Crédito (líquida das operações de refinancia-mento - natureza: 121)	2.020.494.212,98	1.456.773.322,95	1.190.525.228,89	266.248.094,06
Operações de Crédito para Refinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Operações de Crédito	2.020.494.218,98	1.456.773.322,95	1.190.525.228,89	266.248.094,06

(R\$ 1,00)

Despesa de Capital - Amortização da Dívida	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Diferença
Amortização da Dívida (líquida das operações de refinanciamento - natureza: 46)	468.236.908,00	486.197.218,62	476.531.508,96	476.531.508,96	476.531.508,96	9.665.709,66
Amortização da Dívida com Refinanciamento	63.480.907,00	50.514.907,00	50.507.076,62	50.507.076,62	50.507.076,92	7.830,38
Total das Operações de Crédito	531.717.815,00	536.712.125,62	527.038.585,58	527.038.585,58	527.038.585,58	9.673.540,04

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Da confrontação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada, no exercício de 2013, verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 4.521.188.866,73 As despesas executadas foram inferiores às receitas realizadas.

A seguir, demonstra-se o Quociente da Execução Orçamentária da Administração Direta, comparando-se o exercício de 2013 com o de 2012.

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013
<u>Receita Orçamentária</u>	<u>14.168.688.911,86</u> = 1,24	<u>16.520.815.672,11</u> = 1,38
<u>Despesa Orçamentária</u>	<u>11.478.950.786,78</u>	<u>11.999.626.805,38</u>

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

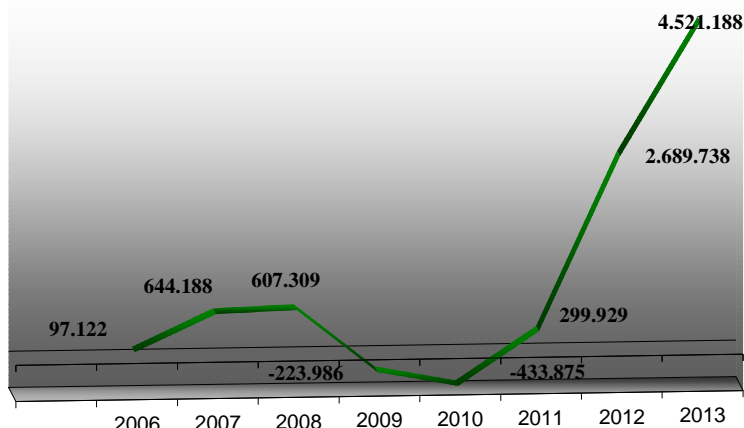
O índice acima (2013) significa que o total da Receita arrecadada corresponde a 1,38 da despesa realizada.

O resultado orçamentário positivo do exercício de 2013 resultou do Orçamento Corrente, no qual as receitas foram superiores às despesas em 35,49%.



GRÁFICO XXI

TRAJETÓRIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - 2006 A 2013



Fonte: SEFAZ/S2GPR/COTES

Nota: Dos valores referentes a 2012, foram excluídas as transferências de recursos da Administração Direta para a Indireta, em virtude da mudança de critério contábil relacionado às transferências financeiras concedidas (grupo 3.5.1.0.2) e recebidas (grupo 4.5.1.0.2) para o pagamento das despesas das Entidades da Administração Indireta.

Para que se possa acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas na área financeira do Estado no ano de 2013 torna-se necessário um conjunto de informações macroeconômicas abrangendo o ambiente interno e externo da economia, cujos reflexos interferem diretamente no contexto das finanças públicas do Estado do Ceará.

Grandes avanços foram conquistados em prol de melhoria das condições de vida da população cearense. Forma firmadas parcerias, estabelecidos alvos e metas, vencidos obstáculos, de forma a consolidar uma estrutura institucional e aperfeiçoar o ambiente de boa governança, necessário ao pleno desenvolvimento do Estado.

A crise econômica mundial continuou interferindo nos índices econômicos no ano de 2013, considerado o segundo pior ano pós-crise, dificultou um maior crescimento mundial. Apesar de países como os Estados Unidos já demonstrarem alguma recuperação, o ano ainda foi de ajuste para que seja possível um 2014 melhor. No Brasil, a política monetária do Federal Reserve (FED) acompanhada das pressões inflacionárias do primeiro semestre desestabilizaram o câmbio e prejudicaram o consumo das famílias. Apesar disto o país cresceu acima de alguns aliados no BRICS, exceto em relação à CHINA que cresceu 7,7 %, e Índia 5,0%, a Rússia cresceu apenas 1,4% . Por conta disso e, em meio a um cenário geopolítico e econômico instável em várias partes do mundo, o PIB não ultrapassou modestos 2,3% ante a um crescimento mundial de 2,4%. Apesar desse crescimento ser pequeno supera em muito os 0,9% de 2012, a retração de 0,4% da zona do Euro, o crescimento de 0,4% da Alemanha e 1,9% dos EUA, mostrando a solidez da econômica do Brasil.

A economia brasileira teve este crescimento puxado pelo setor de serviços que se elevou em 1,7%. Enquanto que o setor agropecuário e a indústria decresceram em 2,3% e 0,8% respectivamente. Em síntese o crescimento do produto brasileiro foi sustentado pelas atividades de construção civil, eletricidade, gás e água, comércio e despesas da administração pública.

Apesar deste cenário, evidenciamos um ano em que as estratégias políticas e econômicas começaram a se movimentar no sentido de estimular o crescimento econômico. As expectativas dos agentes já começam a melhorar de forma pontual, sinalizando para o mercado uma pequena recuperação, resultando em um ano de crescimento maior que 2012. No que diz respeito a impulsionar a economia, nenhuma ação contundente foi adotada, já que as incertezas quanto às pressões inflacionárias e quanto ao câmbio não permitiram ao governo adotar uma política mais eficaz.

Os resultados de 2013 ainda estão afetados pelo desempenho pífio da economia mundial, que ainda sofre os reflexos desta crise financeira, que refreou um crescimento mais robusto. Nesse ambiente, os principais bancos centrais mantêm uma postura flexível da política monetária iniciada no âmago da crise com o intuito de aumentar a liquidez, motivar a atividade econômica e garantir a solvência dos sistemas financeiros. Contudo, dados o aprofundamento da crise e o papel limitado dos estímulos monetários, os governos também têm mantido programas fiscais voltados para a estabilização financeira e para o estímulo ao crescimento, com o objetivo de se contrapor aos efeitos contracionistas ainda presentes.

Apesar deste crescimento modesto, pode-se considerar que foi um desempenho razoável diante da continuidade dos efeitos financeiros da crise nos países europeus que deverão ter uma contração na suas economias, tais como Espanha, Portugal, França e Itália. O Brasil mostrou-se mais resistente do que vários outros países, por conta tanto do fortalecimento observado nos principais fundamentos da economia brasileira nos últimos anos, quanto da adequação das medidas da política econômica destinadas ao combate dos impactos da crise mundial, implementadas ao final de 2008 e início de 2009. Nesse cenário, destaca-se o desempenho do consumo das famílias, favorecido, inicialmente, pela preservação da renda real e pela melhora nas condições do mercado de crédito. Estas medidas aumentaram a liquidez e criaram algumas pressões inflacionárias em 2012 e 2013, que estão sendo combatidas com medidas de austeridade fiscal e também pelo desenrolar da crise mundial que tem viés recessivo.



O desempenho da economia cearense, logicamente, está atrelado ao da economia nacional e internacional. O cenário econômico para 2013 ainda era pessimista, mas o Estado superou as expectativas e com políticas econômicas expansionistas possibilitou a economia cearense entrar numa trajetória de crescimento sustentável, mantendo o crescimento de sua renda superior a média nacional. Neste sentido, é importante ressaltar a capacidade do Governo Estadual de praticar uma política fiscal anticíclica. Ou seja, adotou um viés expansionista focado em investimentos estratégicos e estruturantes, uma política tributária baseada na desoneração e alargamento de base, tendo em vista o momento da demanda interna em que o consumo e o investimento privado se retraíram. É importante destacar que o Estado do Ceará implementou essa estratégia de forma responsável, sem comprometer estruturalmente suas finanças públicas, em função de uma gestão fiscal coerente implementada em anos anteriores quando o Estado experimentou formidável fortalecimento da capacidade de geração de poupança pública, garantindo, assim, as bases para o enfrentamento da crise. O fundamental é que os gastos foram prioritariamente direcionados para investimentos em infraestrutura e melhoria de gestão, considerados como estratégicos e fundamentais para população cearense. Desse modo, a demanda interna passa a ser a principal fonte de crescimento, alavancada principalmente pelo aumento do Investimento Público e Consumo de Bens.

Apesar da lenta recuperação dos países desenvolvidos e os reflexos na economia brasileira e cearense, em 2013, a economia cearense manteve sua trajetória de aumento no PIB, a frente da economia brasileira, o que demonstra uma sustentabilidade no crescimento. As perspectivas para 2014 são favoráveis devido à possível melhora no cenário externo e aos eventos a ocorrer proximamente no Estado do Ceará, tais como Copa do Mundo, que têm atraído investimentos privados para o estado. Segundo o IPECE, espera-se que a economia cresça de 4 a 4,5%. Por conta deste cenário, estimativas preliminares mostram que a economia cearense evoluiu muito mais favoravelmente que a nacional, registrando uma taxa de crescimento de 3,44%, sobre o ano de 2012. O setor industrial do Ceará, dentre os três segmentos que compõe o PIB, foi o que apresentou melhor desempenho em 2013, com um crescimento de 5,62 por cento (o nacional ficou em 1,3 por cento). O setor de agropecuária ficou, em 2013, com 2,61 por cento. Já o setor de serviços cresceu, no ano passado, 2,89 por cento.

TABELA 74
DEMONSTRATIVO DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO - CEARÁ E
BRASIL 2007 - 2013 (*)

Tabela 1- Produto Interno Bruto a preço de mercado - Ceará e Brasil - 2007-2013(*)

Anos	Ceará		Brasil	
	PIB pm(R\$ milhões)	Taxa de crescimento (%)	PIB pm(R\$ milhões)	Taxa de crescimento (%)
2007	50.331	3,34%	2.661.345	6,09%
2008	60.099	8,49%	3.032.203	5,16%
2009	65.704	0,04%	3.239.404	-0,33%
2010	76.705	7,90%	3.770.085	7,50%
2011	85.604	4,30%	4.143.013	2,70%
2012	94.600	3,65%	4.403.000	0,90%
2013	105.700	3,44%	4.840.000	2,30%
Taxa de crescimento acumulado (%) 2007-2013		110,01%	81,86%	

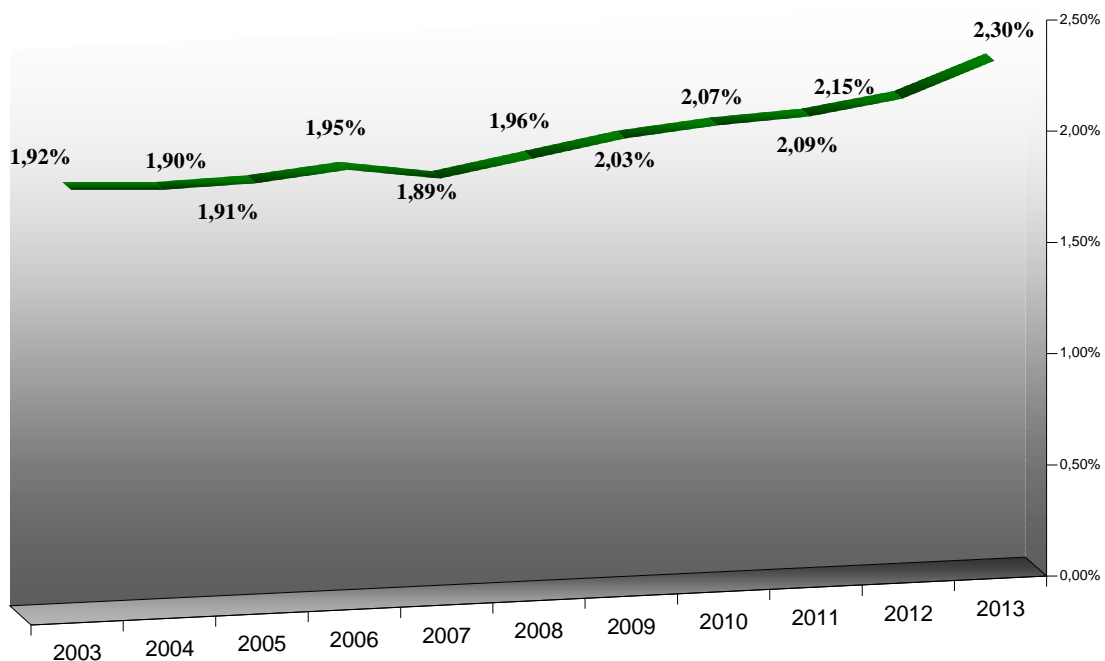
Fonte: IPECE e IBGE

(*) 2010-2011- 2012-2013 são dados preliminares e podem sofrer alterações. Os valores estão em moeda corrente

O bom desempenho da economia cearense vem contribuindo para aumentar de forma continuada, sua participação no PIB nacional. Com esse resultado o Ceará vem apresentando condições favoráveis para crescer com melhorias significativas nos indicadores sociais, o que pode ser alcançado caso este crescimento se mantenha acompanhado de redução da desigualdade, beneficiando desta forma, as camadas da população de baixa renda. O Ceará responde pela 12ª economia do país e a 3ª do nordeste. O gráfico a seguir apresenta a participação do PIB CE no PIB BR - 2000 - 2013.



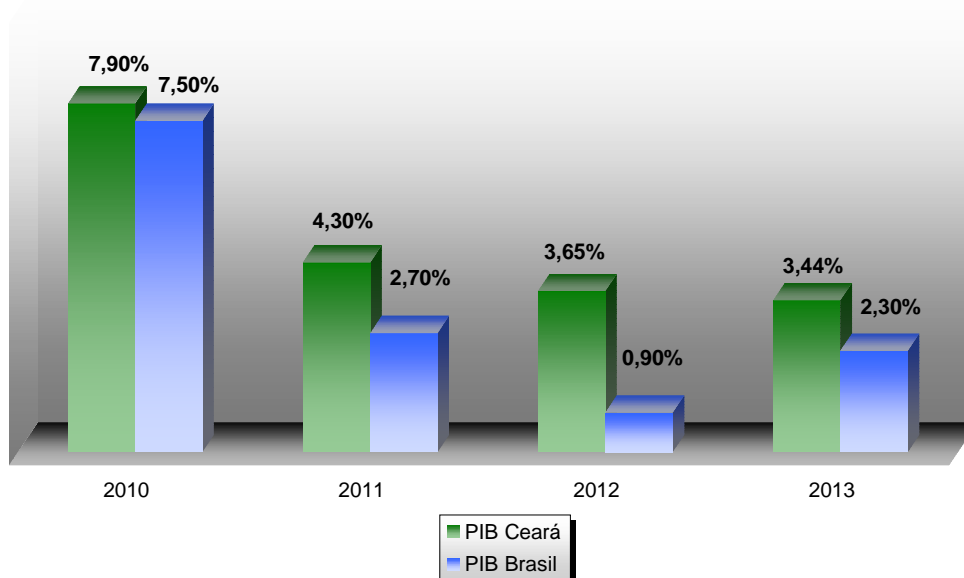
GRÁFICO XXII
PARTICIPAÇÃO DO PIB DO CEARÁ SOBRE O PIB DO BRASIL 2003 A 2013



É importante destacar que no contexto dos efeitos de grandes crises como a grande depressão, na década de 1930, surgiram as contribuições de John Maynard Keynes que, em oposição aos fundamentos da teoria econômica clássica, defende a idéia de que o Estado, em períodos de crise econômica, devia operar sob **déficit orçamentário**. Assim o **déficit orçamentário** passou a ser aceito como instrumento de política econômica. Entretanto, não é o caso do Estado que teve **superávit orçamentário** apurado no Balanço Orçamentário de 2013.



GRÁFICO XXIII
EVOLUÇÃO DO PIB BRASIL X PIB CEARÁ - 2010 A 2013



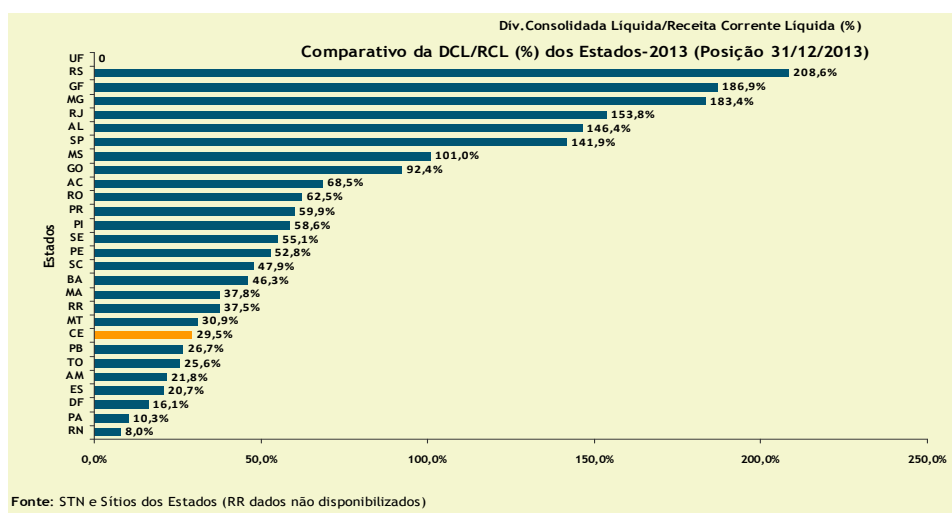
Fonte: IBGE/IPECE

Descolando do cenário nacional, a economia cearense manteve um crescimento relevante diante de um cenário macroeconômico instável, isso devido à sustentabilidade da demanda doméstica, sobretudo pelo comércio interno, que tem incentivado a expansão de emprego e também pelos investimentos públicos feitos ao longo dos últimos anos.

A crescimento positivo da economia cearense deve-se fundamentalmente à política fiscal adotada pelo Estado. No âmbito da receita, buscou-se aumentar a arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária e a ampliação da sistemática da substituição tributária. Isto, ao lado de uma política de controle gerencial dos gastos correntes, do fortalecimento da poupança pública já produzida em exercícios anteriores, e do baixo nível de endividamento, fez com que o Governo Estadual se capacitasse para implementar seu programa vigoroso de investimentos públicos e consolidasse o Estado no exercício efetivo do papel do setor público no que se refere a eliminar as chamadas distorções alocativas, distributivas e estabilizadoras e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade.

Em relação ao endividamento, demonstrado abaixo, o Estado do Ceará ocupa uma posição confortável dentre os outros entes federados. O trinômio fiscal experimentado pelo Estado nos últimos anos, elevação dos investimentos públicos, controle dos gastos correntes e baixo endividamento, tem conferido ao Ceará um posicionamento importante no contexto nacional.

GRÁFICO XXIV
COMPARATIVO DA DCL/RCL (%) DOS ESTADOS - 2013



Ante o contexto macroeconômico, o Estado do Ceará apresentou indicadores fiscais favoráveis como mostra a tabela abaixo.

TABELA 75
ANÁLISE DOS INDICADORES FISCAIS

R\$ 1.000				
Análise Geral dos Indicadores				
Indicador	Definição da meta	Meta / Limite	Realização	%
Educação	Mínimo de 25% da RLIT	3.131.830	3.479.088	27,77%
Saúde	Mínimo de 12% da RLIT	1.503.278	1.795.136	14,33%
Resultado Primário - LRF	Estabelecida na LOA	313.459	746.172	238,04%
Pessoal	Máximo de 57% da RCL	7.626.533	7.002.312	52,33%
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	26.759.764	3.940.902	29,45%
Garantias	Máximo de 22% da RCL	2.943.574	851.191	6,36%
Op.Crédito	Máximo de 16% da RCL	2.140.781	1.190.525	8,90%
Serv. da Dív. Pública	Máximo de 11,5% da RCL	1.538.686	774.154	5,79%
Valores de Referência				
RCL - Receita Corrente Líquida 2013			13.379.882	
RLR - Receita Líquida Real			11.918.007	
RLIT EDUCAÇÃO - Receita Líquida de Impostos e Transferências			12.527.321	
RLIT SAÚDE - Receita Líquida de Impostos e Transferências			12.527.320	
PIB Ceará (Previsão 2013) em valor e taxa de crescimento			105.740.332	3,44%

GRÁFICO XXV
DÍVIDA X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

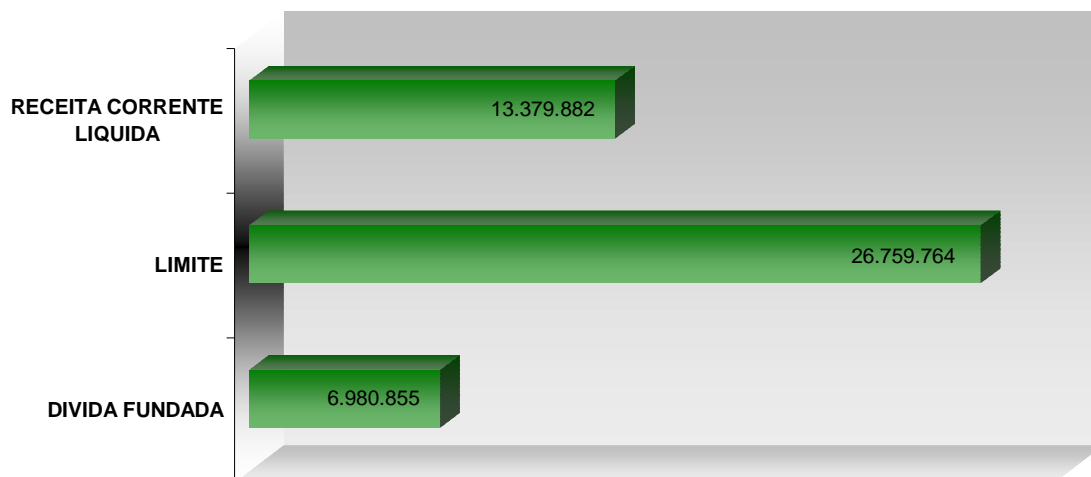




GRÁFICO XXVI
GARANTIAS DE VALORES X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

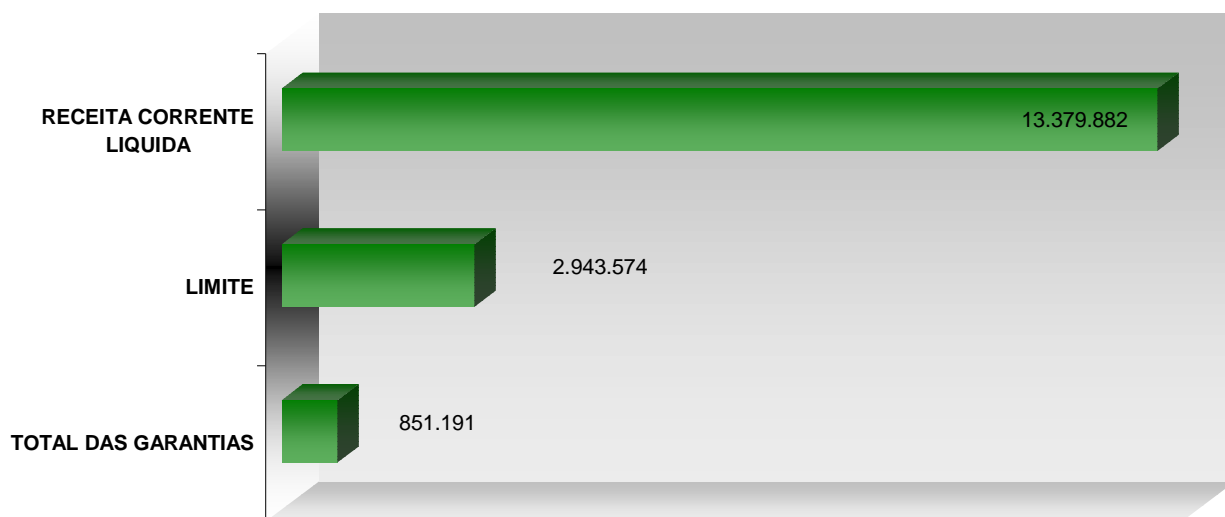
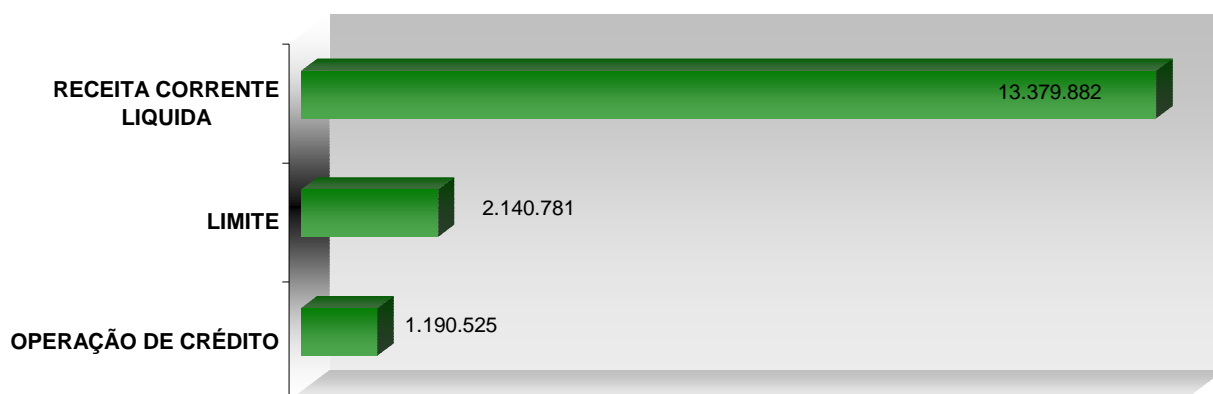


GRÁFICO XXVII
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS X RCL



Resultado do Tesouro Estadual

A política fiscal do Estado do Ceará continua sendo conduzida de forma responsável, garantindo a sustentabilidade das contas públicas.

Resultados Primário e Nominal no Conceito da LRF

Respeitado o art. 5º, Inciso I da Lei Complementar nº 101/2000, o § 2º, art. 19, da Lei Orçamentária nº 14.824/2010, para o exercício de 2013, foi estabelecido no Anexo de Metas Fiscais um resultado primário superavitário do Tesouro Estadual da ordem de R\$ 313,5 milhões. No 3º quadrimestre de 2013, pela metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF foi apurado o resultado positivo acumulado de R\$ 746,2 milhões, considerando a despesa empenhada e incluindo a execução da administração Direta e Indireta.

Bom destacar que o Estado ao longo dos anos não só tem gerado resultados fiscais suficientes para pagar os juros da sua dívida, mas vem amortizando o principal de suas dívidas na medida requerida. Desta forma, o Estado vem melhorando substancialmente sua capacidade de pagamento, já que mantém uma trajetória descendente da relação Dívida/RCL, que, no ano de 2013, foi de 0,52%. Este indicador que tem como limite duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida - RCL. A capacidade de pagamento do Estado do Ceará também segue uma trajetória de melhora, o Estado cumpriu com 5,8 % da meta de 11,5 % da RCL, estabelecida pelo Senado Federal.

Para um Estado que já possui um nível baixo de endividamento e que ainda é muito dependente do investimento público como propulsor do crescimento econômico, não é razoável demandar redução da dívida. A trajetória da dívida, em sendo contínua e sustentável, implica uma política fiscal crível.

A estratégia principal para alcançar o referido objetivo de manutenção do endividamento público saudável é a geração de resultados primários superavitários que possibilitem a estabilização da trajetória da dívida. Nesse caso, a proposta do Estado é assegurar a geração destes resultados de forma compatível com os juros e encargos da dívida. Entretanto, conforme já visto, no ano de 2013, foi dada continuidade às políticas fiscais expansionistas. Desta forma, o Estado do Ceará optou pelo redirecionamento de suas políticas tributária e orçamentária, o que resultou num crescimento de sua arrecadação própria e no aumento do volume de investimentos que impactou as despesas primárias não financeiras.

4.1.2. Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/1964, O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispendios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispendios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispendios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispendios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- (a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- (d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
- (e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 da Administração Direta e o quadro resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:

TABELA 76
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO FINANCEIRO

(R\$ 1,00)		
INGRESSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	16.520.815.672,11	14.168.688.911,86
Ordinária	12.860.569.869,45	11.516.450.024,01
Vinculada	3.660.245.802,66	2.652.238.887,85
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	11.507.264.323,82	11.240.315.741,27
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	6.597.154.348,73	7.529.248.493,81
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.852.538.402,82	1.997.084.277,75
TOTAL	36.477.772.747,48	34.935.337.424,69
(R\$ 1,00)		
DISPÊNDIOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
ESPECIFICAÇÃO		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.999.626.805,38	11.478.950.786,78
Ordinária	9.227.996.951,82	8.975.871.390,79
Vinculada	2.771.629.853,56	2.503.079.395,99
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	15.456.309.237,92	14.157.953.365,52
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	6.509.206.505,46	7.445.894.869,57
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.512.630.198,72	1.852.538.402,82
TOTAL	36.477.772.747,48	34.935.337.424,69

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

- Foram classificadas como ordinárias as fontes do Tesouro (00 e 01), além da fonte 40 (operações de crédito não condicionadas). As demais fontes constam no balanço como vinculadas;
- No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;
- Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extra-orçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extra-orçamentárias;
- Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das consignações do exercício a pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) deve ser subtraído dos saldos de créditos liquidados a pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03) para que se chegue ao valor de Restos a Pagar Processados inscritos ao final do exercício. Isso deve ocorrer porque, para o S2GPR, o saldo de consignações do exercício a pagar será tratado como Restos a Pagar Processados, mas seu fluxo deve ser evidenciado separadamente no Balanço Financeiro, conforme determina a Lei nº 4.320/64. O saldo das consignações a pagar do exercício pode ser calculado através da diferença da rubrica “Consignações do Exercício” constante tanto nos Ingressos Extra-orçamentários (III) como nos Pagamentos Extra-orçamentários (VIII).



- O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Tesouro Estadual, Recursos Vinculados, Recursos à Disposição de Convênios e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.
- As tabelas a seguir evidenciam os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários da Administração Direta.

TABELA 77

DEMONSTRATIVO DOS RECEBIMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	3.531.817,08
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	84.759.923,00
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	4.620.619.595,32
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	8.470.501,21
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	196.894,14
Total		4.717.578.730,75

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 78

DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	3.531.817,08
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	88.717.848,05
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	4.612.594.261,13
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	5.464.771,16
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	205.688,24
Total		4.710.514.385,66

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A Receita e a Despesa Orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro são aquelas que foram consignadas na Lei Orçamentária. A Receita e a Despesa Extra-Orçamentárias são aquelas que se realizam independentemente do orçamento. A Receita Extra-Orçamentária representa os valores que o Estado é obrigado a arrecadar, e em princípio, não lhe pertencem. A Despesa Extra-Orçamentária corresponde ao repasse dessas receitas para quem de direito.

Comparando-se a Receita e a Despesa Orçamentárias, no Balanço Financeiro, o Estado apresentou um superávit no valor de R\$ 4.521.188.866,80.

As Receitas e as Despesas Extra-Orçamentárias, no Balanço Financeiro, compreendem a movimentação de débito e crédito das contas do ativo e passivo financeiro do ano de referência.

A seguir, demonstra-se o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, comparando-se o exercício de 2013 com o de 2012.

(R\$ 1,00)		
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013
Saldo Exercício Seguinte	<u>1.852.538.402,82</u> =0,93	<u>2.512.630.198,72</u> =1,36
Saldo do Exercício Anterior	1.997.084.277,75	1.852.538.402,82

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No exercício de 2013, há R\$ 2.512.630.198,72 de disponibilidade que se transfere para o exercício seguinte, contra R\$ 1.852.538.402,82 de disponibilidade do exercício anterior, havendo um aumento de R\$ 660.091.795,90.

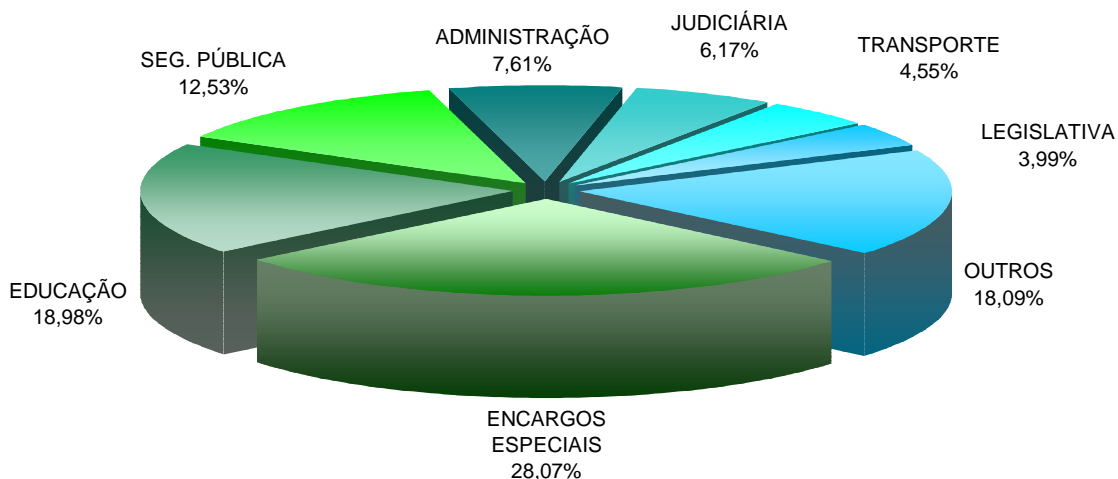
O Comportamento da despesa realizada, distribuída por funções de governo, exigida pela Lei 4.320/64, no Balanço Financeiro, está apresentada na tabela seguinte:

TABELA 79
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO

(R\$ 1,00)					
FUNÇÕES	REALIZAÇÃO				
	2012	2013	VARIÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %	
LEGISLATIVA	436.724.940,81	479.212.348,69	9,73	3,99	
JUDICIÁRIA	662.388.962,00	740.635.500,80	11,81	6,17	
ESSENCIAL À JUSTIÇA	287.942.624,37	323.860.228,45	12,47	2,70	
ADMINISTRAÇÃO	881.566.178,99	912.802.450,85	3,54	7,61	
SEG. PÚBLICA	1.384.943.550,42	1.503.556.217,76	8,56	12,53	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	88.617.775,70	86.920.404,76	-1,92	0,72	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.989.814,26	2.859.059,43	-4,37	0,02	
SAÚDE	621.059.285,81	-	-100,00	0,00	
TRABALHO	67.086.174,48	65.959.476,88	-1,68	0,55	
EDUCAÇÃO	2.134.897.357,65	2.277.607.184,78	6,68	18,98	
CULTURA	42.387.488,44	53.983.398,31	27,36	0,45	
DIREITOS DA CIDADANIA	279.286.541,03	353.674.287,04	26,63	2,95	
URBANISMO	128.504.867,90	134.410.207,39	4,60	1,12	
HABITAÇÃO	42.231.675,37	38.767.004,81	-8,20	0,32	
SANEAMENTO	160.767.723,97	268.460.339,04	66,99	2,24	
GESTÃO AMBIENTAL	93.218.557,97	39.445.943,52	-57,68	0,33	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	27.648.980,83	78.894.674,28	185,34	0,66	
AGRICULTURA	243.183.912,23	273.943.176,41	12,65	2,28	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.214.843,31	3.314.319,60	172,82	0,03	
INDÚSTRIA	32.209.023,13	44.507.171,65	38,18	0,37	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	187.646.121,97	85.031.190,09	-54,69	0,71	
COMUNICAÇÕES	1.937.500,00	1.937.500,00	0,00	0,02	
ENERGIA	775.262,83	8.567.330,08	1.005,09	0,07	
TRANSPORTE	259.325.961,55	546.476.142,14	110,73	4,55	
DESPORTO E LAZER	154.529.877,91	305.805.507,18	97,89	2,55	
ENCARGOS ESPECIAIS	3.255.865.783,85	3.368.508.994,73	3,46	28,07	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	486.746,71	100,00	0,00	
TO TAL	11.478.950.786,78	11.999.626.805,38	4,54	100,00	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XXIII
DESPESA POR FUNÇÃO- 2013



Excetuando-se a função “Encargos Especiais”, as funções de governo que tiveram participações mais expressivas em 2013 foram: Educação (18,98%), Segurança Pública (12,53%), Administração (7,61%), Judiciária (6,17%) e Transporte (4,55%). Durante o exercício de 2013, as despesas realizadas na função Saúde foram executadas dentro da administração indireta.

A Função “Encargos Especiais” engloba todas despesas às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, indenizações e outras, representando, portanto, uma agregação neutra.

4.1.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:



- a) **Ativo** - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- b) **Passivo** - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- c) **Patrimônio Líquido** - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- d) **Contas de Compensação** - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.



TABELA 80
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ 1,00)

ATIVO			
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	
ATIVO CIRCULANTE	3.160.826.502,76	2.185.684.098,27	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.512.630.198,72	1.852.538.402,82	
Créditos a Curto Prazo	206.310.945,95	18.327.961,49	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	199.355.574,28	172.633.421,80	
Estoques	242.529.783,81	142.184.312,16	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	18.835.562.031,48	16.405.292.338,33	
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.976.639.721,19	5.982.326.453,76	
Investimentos	3.310.851.327,38	2.485.546.502,04	
Imobilizado	9.547.697.314,89	7.937.045.714,51	
Intangível	373.668,02	373.668,02	
TOTAL	21.996.388.534,24	18.590.976.436,60	

PASSIVO			
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	
PASSIVO CIRCULANTE	441.512.375,72	516.786.145,96	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	58.363.081,41	78.800.198,63	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	13.597.152,74	18.538.599,24	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.240.247,66	1.150,48	
Obrigações de Repartição a Outros Entes	66.737.750,17	61.914.064,10	
Demais Obrigações a Curto Prazo	294.574.143,74	357.532.133,51	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.980.854.715,22	5.745.082.357,19	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	84.619.393,27	81.938.970,93	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	6.282.259.451,81	5.188.320.943,56	
Demais Obrigações a Longo Prazo	613.975.870,14	474.822.442,70	
TOTAL DO PASSIVO	7.422.367.090,94	6.261.868.503,15	

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Superávits ou Déficits Acumulados	14.574.021.443,30	12.018.088.109,12	
Lucros e Prejuízos Acumulados	0,00	311.019.824,33	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.574.021.443,30	12.329.107.933,45	

TOTAL	21.996.388.534,24	18.590.976.436,60	
ATIVO FINANCEIRO	2.512.630.198,72	1.852.538.402,82	
ATIVO PERMANENTE	19.483.758.335,52	16.738.438.033,78	
PASSIVO FINANCEIRO	897.635.216,85	882.398.097,32	
PASSIVO PERMANENTE	6.980.854.715,22	5.750.267.751,77	
SALDO PATRIMONIAL	14.117.898.602,17	11.958.310.587,51	

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

(R\$ 1,00)



CÁLCULO - CONFERÊNCIA PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2012	12.329.107.933,45
(+) RESULTADO PATRIMONIAL 2013	2.255.322.990,96
(+) VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(10.409.481,11)
(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2013	14.574.021.443,30

CÁLCULO DA VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2013	568.709.658,00
(-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2012	579.119.139,11
(=) VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(10.409.481,11)

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O Ativo Circulante compreende os ativos que atendam a qualquer um dos critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam realizáveis até o término do exercício seguinte.

No Ativo Financeiro do Balanço do Estado, estão contidos os créditos realizáveis em curto prazo, como saldos de bancos, órgãos arrecadadores e aplicações financeiras.

O Ativo Não-Circulante compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

4.1.3.1. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial da Administração Direta

As tabelas a seguir evidenciam os subgrupos dos grupos genéricos que apresentam valores superiores a 10% do Ativo Circulante no Balanço Patrimonial de 2013 da Administração Direta.



TABELA 81

DEMONSTRATIVO DE OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	851.911.206,24	717.785.736,87
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	851.911.206,24	712.273.806,18
1.1.3.8.1.05	Adiantamentos de Precatórios (P)	53.091.873,67	29.507.059,83
1.1.3.8.1.34	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	798.818.872,60	682.766.746,35
1.1.3.8.1.34.01	Creditos a Receber - PROVIN (P)	797.010.949,16	681.202.509,86
1.1.3.8.1.34.03	Créditos a Receber - PDCI (P)	1.807.923,44	1.564.236,49
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber (P)	459,97	0,00
1.1.3.8.2	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00	5.511.930,69
1.1.3.8.2.17	Créditos a Receber - Folha de Pagamento	0,00	5.511.930,69
1.1.3.8.2.17.03	Créditos a Receber - Cheque Salário (F)	0,00	5.511.930,69

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 82

DEMONSTRATIVO DOS AJUSTES DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-654.481.387,23	-547.293.964,95
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	-654.481.387,23	-547.293.964,95
1.1.3.9.1.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	-654.481.387,23	-547.293.964,95
1.1.3.9.1.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN (P)	-653.175.161,35	-546.165.022,69
1.1.3.9.1.04.02	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PDCI (P)	-1.306.225,88	-1.128.942,26

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A tabela abaixo demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.



TABELA 83
DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS A LONGO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	5.762.349.163,81	5.780.232.618,68
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	5.762.349.163,81	5.780.232.618,68
1.2.1.1.1.03	Dívida Ativa Tributária	5.730.150.497,63	5.748.323.153,70
1.2.1.1.1.03.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos (P)	77.699.296,02	93.437.282,91
1.2.1.1.1.03.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos (P)	22.065.468,20	14.050.783,81
1.2.1.1.1.03.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos (P)	5.565.323.271,03	5.623.962.964,88
1.2.1.1.1.03.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias (P)	65.062.462,38	16.872.122,10
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	292.051.180,66	288.656.863,49
1.2.1.1.1.05.01	Empréstimos Concedidos (P)	0,00	0,00
1.2.1.1.1.05.11	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI (P)	292.051.180,66	288.656.863,49
1.2.1.1.1.99	(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-259.852.514,48	-256.747.398,51
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-259.852.514,48	-256.747.398,51

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Composição do Passivo Financeiro

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105: “§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme tabela a seguir. São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.



TABELA 84

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

		(R\$ 1,00)
Passivo (Atributo F)	R\$	441.512.375,72
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	R\$	370.066.772,77
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	R\$	86.056.068,36
(=) Passivo Financeiro	R\$	897.635.216,85

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 85

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

	(R\$ 1,00)
ATIVO FINANCEIRO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	
RECURSOS DO TESOIRO	1.210.444.137,39
-Tesouro	1.210.444.137,39
RECURSOS VINCULADOS	1.302.186.061,33
-Do Salário Educação	26.496.623,63
-Do FECOP	289.256.618,23
-Da CIDE	418.337,12
-Do FUNDEB	10.116.704,03
-Das Medidas Compensatórias	10.441.970,81
-De Operações de Créditos	530.548.361,17
- De convênios e outros	434.907.446,34
TOTAL	2.512.630.198,72

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A disponibilidade de caixa é composta por recursos do tesouro e recursos vinculados. Ao final do exercício de 2013, os ativos financeiros totalizaram R\$ 2.512.630.198,72, sendo, R\$ 1.210.444.137,39 de recursos próprios do Tesouro e R\$ 1.302.186.061,33 de recursos vinculados.

O Passivo circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade até o término do exercício seguinte.

O Passivo Financeiro que compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos, etc.



O Passivo não-circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

A diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da Administração de 2013, resultou num superávit financeiro de R\$ 1.614.994.981,87, nos termos do art. 43 § 2º, da lei 4.320/64, conforme tabela a seguir:

TABELA 86
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)

ATIVO FINANCEIRO	VALOR	PASSIVO FINANCEIRO	VALOR	SUPERÁVIT FINANCEIRO
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		
RECURSOS DO TESOUREIRO	1.210.444.137,39	RECURSOS DO TESOUREIRO	540.973.783,00	669.470.354,39
-Tesouro	1.210.444.137,39	-Tesouro	540.973.783,00	669.470.354,39
RECURSOS VINCULADOS	1.302.186.061,33	RECURSOS VINCULADOS	356.661.433,85	945.524.627,48
-Do Salário Educação	26.496.623,63	-Do Salário Educação	7.463.506,45	19.033.117,18
-Do FECOP	289.256.618,23	-Do FECOP	86.355.077,75	202.901.540,48
-Da CIDE	418.337,12	-Da CIDE	0,00	418.337,12
-Do FUNDEB	10.116.704,03	-Do FUNDEB	53.557.955,95	-43.441.251,92
-Das Medidas Compensatórias	10.441.970,81	-Das Medidas Compensatórias	2.753,09	10.439.217,72
-De Operações de Créditos	530.548.361,17	-De Operações de Créditos	81.430.434,60	449.117.926,57
- De convênios e outros	434.907.446,34	- De convênios e outros	127.851.706,01	307.055.740,33
TOTAL	2.512.630.198,72	TOTAL	897.635.216,85	1.614.994.981,87

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A seguir demonstra-se o Quociente da situação financeira, comparando-se o exercício de 2013 com o de 2012.

(R\$ 1,00)

Especificação	2012	2013
Ativo financeiro	$\frac{1.852.538.402,82}{882.398.097,32} = 2,09$	$\frac{2.512.630.198,72}{897.635.216,85} = 2,80$
Passivo Financeiro		

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em 2013, para cada R\$ 1,00 de compromissos e obrigações a curto prazo, existem R\$ 2,80 de disponibilidade financeira para sua liquidação no curto prazo.

A Dívida Ativa são créditos a favor da Fazenda Pública que se encontram vencidos e não pagos e devem ser contabilmente discriminados dos demais. É parte integrante do Ativo não-circulante e o seu registro contábil é realizado através dos dados do Demonstrativo “Dívida Ativa Estadual”, fornecido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, em que se evidenciam as inscrições, as baixas, as atualizações, os cancelamentos e o saldo final em favor da Fazenda Pública, apresentando neste exercício um estoque de R\$ 5.730.150.497,63.



Os créditos da Dívida Ativa são objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais, que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização monetária deve ser lançada de acordo com índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, várias medidas foram implementadas no ano de 2013 na busca pela eficiência e celeridade na cobrança dos créditos tributários inscritos na Dívida Ativa.

A Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria da Dívida Ativa PRODAT/CEDAT, conjuntamente com a Secretaria da Fazenda-SEFAZ, adotou várias medidas visando incrementar a arrecadação dos débitos inscritos em Dívida Ativa, obtendo resultados satisfatórios em 2013:

- Foram inscritos em 2013, 2.738 créditos de natureza não tributária, sendo pagos 431, totalizando um valor de arrecadação de R\$ 3.806.918,51;
- Foram inscritos no período de 2013, 14.944 créditos de natureza tributária, sendo pagos 22.164 este ano, totalizando um valor de arrecadação de R\$ 115.386.963,33;
- Outrossim, a PRODAT/CEDAT empreendem esforços, ainda, na implementação de medidas viabilizadoras de uma efetiva e melhor cobrança dos créditos públicos, como a inclusão dos devedores no SERASA e, bem como o PROTESTO de dívidas tributárias. Tendo sido incluídos no SERASA no período de 2013, 966 CDA's, sendo negociadas 228 inscrições, totalizando um valor negociado de R\$ 28.653.485,13 (quitação e parcelamento). Foram protestadas 429 CDA's, totalizando uma arrecadação de R\$ 33.528,50, referente as 12 inscrições quitadas;
- Realizadas reuniões com os membros do Ministério Público, Sefaz, Delegacia de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária, a fim de efetivar melhor o combate à sonegação fiscal.
- Em virtude do art. 24 da Lei 14.505/2009, a PRODAT encaminhou no ano de 2013 mais de 17.000 (dezessete mil) notificações extrajudiciais aos devedores de ICMS e IPVA.
- Edição da Lei 15.384, datada de 25 de julho de 2013, onde resultou em arrecadação dos débitos originários da Dívida Ativa tributária no valor total de R\$ 72.041.756,64.

Vale ressaltar que continua a inclusão dos devedores do Estado em cadastro de restrição de créditos, SERASA, e bem como a efetivação do PROTESTO nos cartórios, que, sem dúvida, possibilita uma grande arrecadação de recursos públicos. Também dar-se-á continuidade às reuniões com todos os órgãos do Estado a fim de viabilizar a inscrição regular de créditos públicos decorrentes de sanções contratuais e indenizações.

A tabela abaixo mostra o Passivo Financeiro que compreende os compromissos exigíveis em curto prazo e independem de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos, etc.

TABELA 87
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

				(R\$ 1,00)
TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	370.786.406,27	0,00	283.941.237,39	86.845.168,88
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	51.194.190,68	3.648,51	51.197.839,19	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	370.066.772,77	0,00	370.066.772,77
SUBTO TAL	421.980.596,95	370.070.421,28	335.139.076,58	456.911.941,65
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	187.929.225,74	0,00	185.988.286,25	1.940.939,49
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	23.335.669,81	64.990,00	23.400.659,81	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	147.824.640,37	0,00	147.824.640,37
SUBTO TAL	211.264.895,55	147.889.630,37	209.388.946,06	149.765.579,86
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTO TAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	267.680.888,63	6.079.194.297,08	6.055.847.437,31	291.027.748,40
SUBTO TAL	267.680.888,63	6.079.194.297,08	6.055.847.437,31	291.027.748,40
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTO TAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	900.926.381,13	6.597.154.348,73	6.600.375.459,95	897.705.269,91

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR e da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a partir de 2012, o saldo das consignações do exercício a pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) consta inserido nos saldos de créditos liquidados a pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03) no final do exercício. Logo, o valor de Restos a Pagar Processados inscritos ao final do exercício compreende, também, o saldo das consignações do exercício não pagas até 31/12/2013. Para se conhecer o saldo de restos a pagar, exceto as consignações, é preciso subtraí-las do total de restos a pagar processados inscritos constante no demonstrativo da dívida flutuante. A fim de melhor evidenciar esses valores, segue tabela a seguir:



TABELA 88
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO

(R\$ 1,00)	
SALDOS DE CONTAS EM 31/12/2013	VALOR
Valor dos Restos a Pagar Processados (exceto Consignações)	370.066.772,77
Valor dos Restos a Pagar Não Processados	147.824.640,37
(+) Saldo do Grupo de Contas: 2.1.8.8.1.01.01 - Consignações do Exercício	30.933.086,70
Total das Inscrições dos Restos a Pagar do Exercício	548.824.499,84

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A comparação entre os totais do Ativo Real e do Passivo Real resultou no saldo patrimonial positivo de R\$ 14.117.898.602,17.

DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

Dívida pública é um tema muitas vezes mal compreendido, no entanto, em virtude de sua relevância para a sociedade, merece ser bem explorado, neste sentido, este capítulo do Balanço Geral do Estado ,busca desmistificar este assunto e trazer informações transparentes com riquezas de detalhes em diversos gráficos e tabelas, como exemplo a tabela do Anexo 16, que traz um resumo de cada contrato com as suas principais características, como saldo devedor, movimentações durante o ano, taxa de juros, prazos, moeda, etc.

De acordo com a LRF conceitua-se dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses; vê-se, aqui, que o conceito da LRF é mais abrangente que o do art. 98 da Lei nº 4.320/64, inclusive considerando sinônimas as expressões dívida pública consolidada ou fundada.

A Dívida Pública também pode ser definida como o somatório das operações de crédito realizadas pelos órgãos do setor público com o objetivo de antecipar receita orçamentária ou atender a desequilíbrios orçamentários e a financiamentos de obras e serviços públicos. Num conceito mais restrito, pode ser definida como somatório das dívidas interna e externa de um Estado (lato sensu), durante um período de tempo.

A principal diferenciação conceitual a respeito de déficit e dívida pública diz respeito a como estas variáveis se apresentam e como podem ser feitas temporalmente. Nesse sentido, o déficit público, dado como a diferença entre as despesas e as receitas orçamentárias do setor público, em determinado período de tempo, é uma variável de fluxo, enquanto a dívida pública, entendida como o montante dos débitos contraídos pelo setor público junto a outras entidades, públicas ou privadas, internas ou externas, é uma variável de estoque.

A Dívida Pública é um dos principais fundamentos de uma economia. Se usada adequadamente, pode significar uma alavanca para o desenvolvimento, um instrumento para o governo financiar seus gastos e investimentos. Quando descontrolada, acaba funcionando como um freio ao desenvolvimento, pela necessidade de geração contínua de grandes superávits primários, que comprometem a capacidade de gastos e de investimento do governo em obras públicas e nas políticas sociais. Além disso, os juros elevados significam a drenagem de recursos de um setor da sociedade (empresas e indivíduos que pagam impostos) para outro setor (os credores da dívida), agravando o problema da concentração de renda no país. É importante que se destaque que a dívida pública permite ao governo financiar investimentos que geram externalidades positivas para a economia, uma vez que é possível transferir para gerações seguintes dispêndios com obras e programas que irão beneficiá-las, evitando-se que todo o custo recaia sobre a geração presente.

Níveis de endividamento elevados e insustentáveis, porém, podem ter influência deletéria, exigindo esforço fiscal significativo do governo, provocando efeitos contraproducentes sobre o nível de atividade.

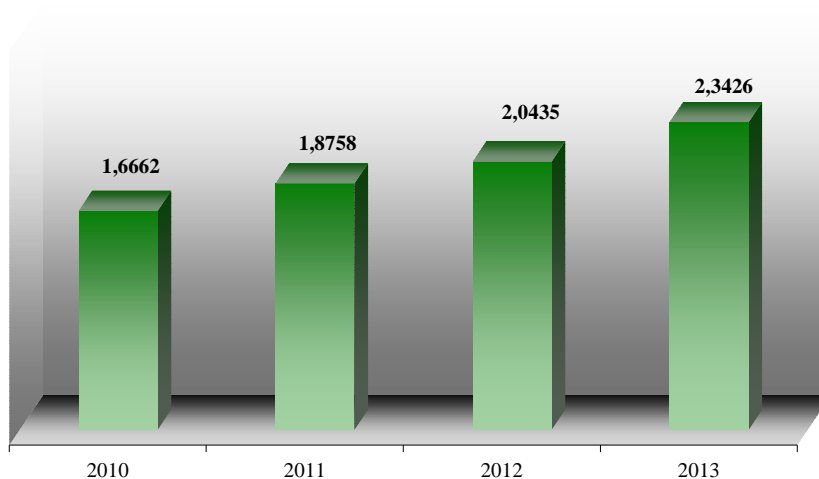
Neste tocante, o Estado do Ceará apresenta uma situação destacada dentre os entes da federação em relação ao seu endividamento público, medido pela relação DCL/RCL.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) encerrou o ano de 2013, em R\$ 3.941 milhões, um montante 17,28% maior que em 2012. Isto aconteceu em parte porque o tesouro estadual contratou dívidas novas (R\$ 1.190 milhões), tendo ocorrido, ainda, um aumento do câmbio em 8,94%, de 2011 para 2012, e de 14,64% entre 31/12/2012 que sua cotação era de R\$2,0435/US\$, passando para R\$2,3426/US\$ em 31/12/2013, aumentando os estoques de dívidas indexadas por moedas estrangeiras. Além do mais, o Tesouro Estadual fechou 2013 com um montante de R\$ 3,03 bilhões em Disponibilidade de Caixa Líquido, superior ao apresentado em 2012 em R\$ 655 milhões.



O Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na manutenção dos controles de seu endividamento, baseado em dois pilares: 1) no efetivo pagamento de juros e amortizações, sendo esta última superior aos juros e na realização de amortizações extraordinárias; 2) no volume de liberações de operações de crédito abaixo do limite legal de 16% da RCL. Esses fatores contribuíram para uma manutenção da relação Dívida Consolidada Líquida/RCL em patamares reduzidos, atingindo a relação de 0,29 em 2013, bem abaixo do limite de endividamento, exigido pela LRF que é de 2,00 vezes a Receita Corrente Líquida, considerado o conceito de dívida consolidada líquida, da qual excluem os haveres financeiros conforme determina a Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal.

GRÁFICO XXIX
EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO DÓLAR FIM DE PERÍODO - 2010 A 2013





EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ

A tabela a seguir mostra a evolução do endividamento do Estado do Ceará a partir do ano de 2006 até 2013. Ao analisar o referido cenário, observa-se uma tendência de redução do estoque da Dívida Total até o ano de 2009, partindo do saldo de R\$3,90 bilhões em 2006, reduzindo seus estoques até 2009 com um saldo de R\$3,45 bilhões, elevando-se no ano de 2010 a 2013, respectivamente, para R\$ 4,26 bilhões, R\$5,30 bilhões, R\$5,74 bilhões e R\$6,98 bilhões. Esta evolução, verificada no período, contempla o volume de amortizações ocorridas, inclusive com amortizações extraordinárias, a influência da taxa de câmbio que teve um crescimento de 40,6% neste período e o aumento dos investimentos entre 2010 a 2013 provenientes parcialmente das receitas de operações de crédito que chegou a R\$ 1,063 bilhões (2010), R\$ 0,91 bilhões (2011), R\$ 0,81 bilhões (2012) e R\$ 1,190 bilhões (2013). É importante destacar que o aumento do estoque da dívida consolidada em 2013 de 21,5%, em relação ao ano de 2012, influenciou positivamente em contrapartida ao volume de investimentos do Estado do Ceará que continua a ser um dos maiores de toda sua história.

Assim, o Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na busca de equilíbrio de suas contas públicas, adotando uma postura fiscal responsável, apresentando a sociedade o retorno dessa política fiscal em forma de investimentos e melhorias dos serviços públicos.

O ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA E A SUA RELAÇÃO COM O PIB E A RCL

Uma das formas de análise para medir o volume de endividamento do setor público é a relação Dívida Bruta/PIB, que demonstra solvência fiscal, a qual no Governo do Estado do Ceará mostrara trajetória decrescente embora mantendo uma pequena alta nos anos de 2010 e 2011, e estável em 2012 e pequena elevação em 2013. Na tabela e gráfico a seguir percebe-se que em 2006 esta relação era de 8,4%, enquanto no exercício de 2013 o mesmo registrou 6,6%. Enquanto que a relação Dívida Bruta/RCL passa do patamar de 64,7% em 2006 para 52,1% em 2013, evidenciando uma redução de 19,47% neste mesmo período do endividamento público cearense.



TABELA 89

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ESTADUAL FUNDADA - 2006 A 2013

DEMONSTRATIVO DO ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA							
ANO	DÍVIDA INTERNA TOTAL	DÍVIDA EXTERNA TOTAL	DÍVIDA FUNDADA TOTAL	PIB	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	RELAÇÃO DÍV.TOTAL/PIB	RELAÇÃO DÍV.TOTAL/ RCL
	A	B	C=A+B	D	E	G=C/D	H=C/E
2006	2.440.739	1.465.191	3.905.930	46.309.884	6.032.606	0,084	0,647
2007	2.321.964	1.198.368	3.520.332	50.331.000	6.560.099	0,070	0,537
2008	2.346.464	1.463.148	3.809.612	60.099.000	7.886.593	0,063	0,483
2009	2.293.788	1.153.029	3.446.817	65.704.000	8.400.940	0,052	0,410
2010	2.927.363	1.332.596	4.259.959	76.705.000	9.664.273	0,056	0,441
2011	3.446.662	1.857.798	5.304.461	85.604.000	10.966.435	0,062	0,484
2012	3.627.729	2.117.353	5.745.082	94.600.000	12.130.621	0,061	0,474
2013	4.232.912	2.747.943	6.980.855	105.582.000	13.379.882	0,066	0,522

Fonte: SEFAZ-S2GPR/SMART

Nota 1: Os valores do PIB a partir de 2010 ainda não são definitivos. Fonte: IPECE

Nota 2: As informações da dívida fundada total se baseiam nos conceitos da LRF

Nota 3: O valor da dívida fundada total não inclui garantias, inclui precatórios e contempla a partir de 2006 o parcelamento com PIS e PASEP

GRÁFICO XXX

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA EM RELAÇÃO AO PIB E RCL - 2006 A 2013

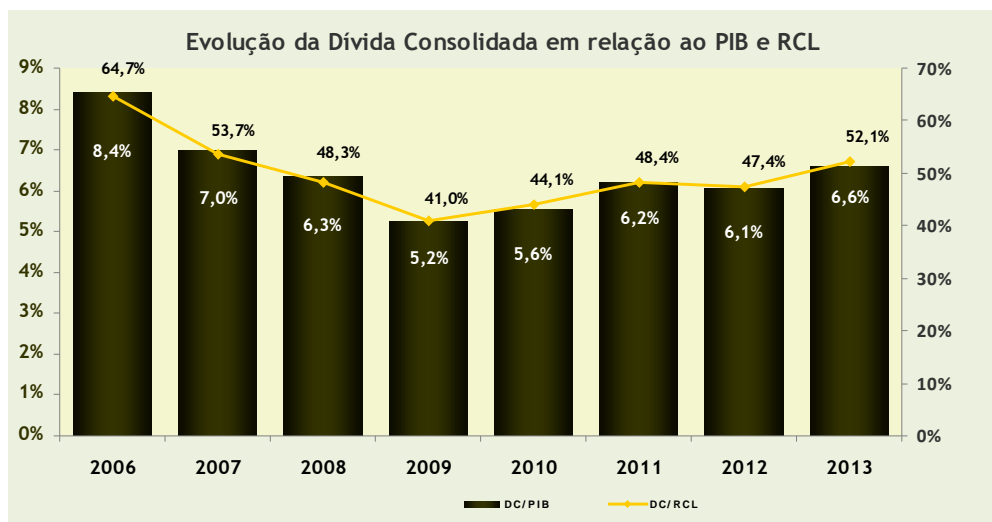




GRÁFICO XXXI
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ESTADUAL-2010 A 2013

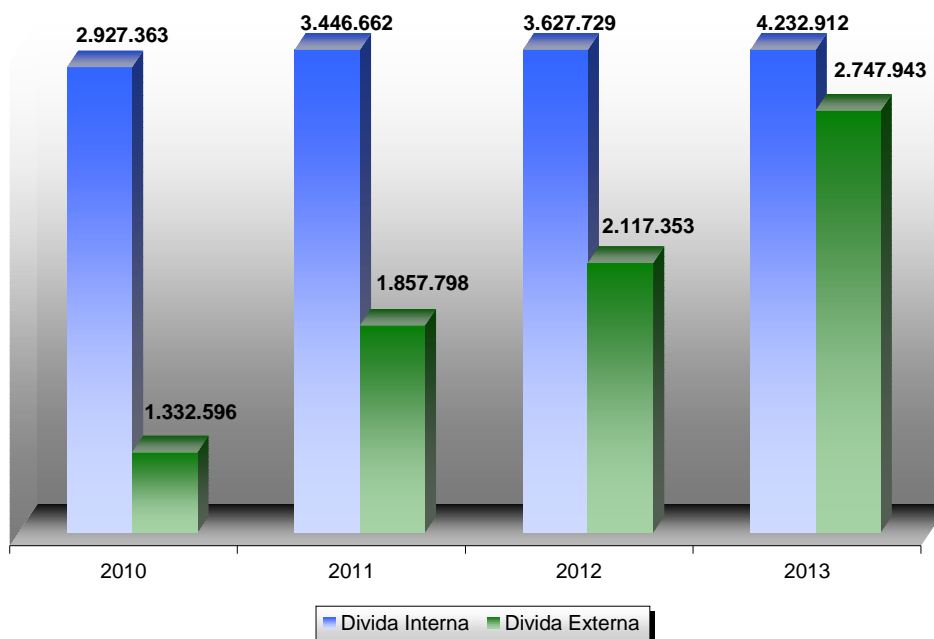


TABELA 90
DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR CREDOR EM 2013

CREDOR	PARTIC.% EM R\$MILHÕES	
BNDES	24,96%	1.742
BIRD	21,82%	1.523
BID	14,37%	1.003
TES.NAC.	14,37%	1.003
PRECATÓRIOS	8,80%	614
BB	6,93%	484
BNB	2,59%	181
MLW	2,32%	162
CEF	1,78%	124
RFB	1,22%	85
OUTROS	0,85%	59
TOTAL	100,00%	6.980

Fonte: SEFAZ/CEDIP



GRÁFICO XXXII

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR CREDOR EM 2013

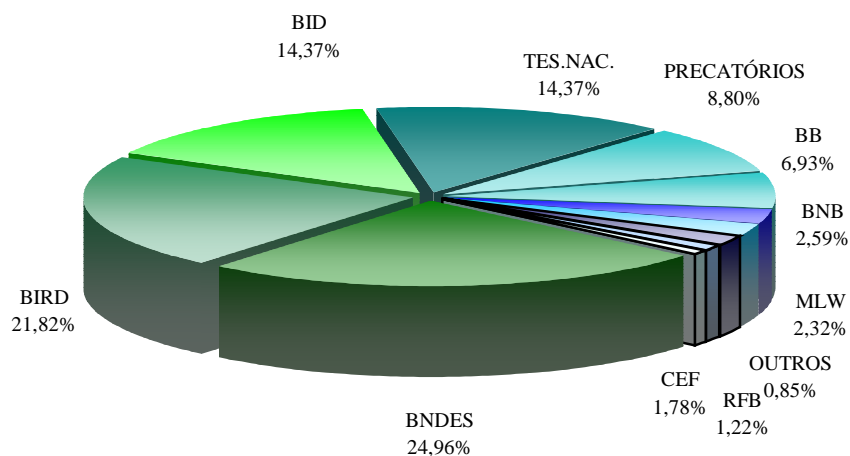


TABELA 91

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR MOEDA EM 2013

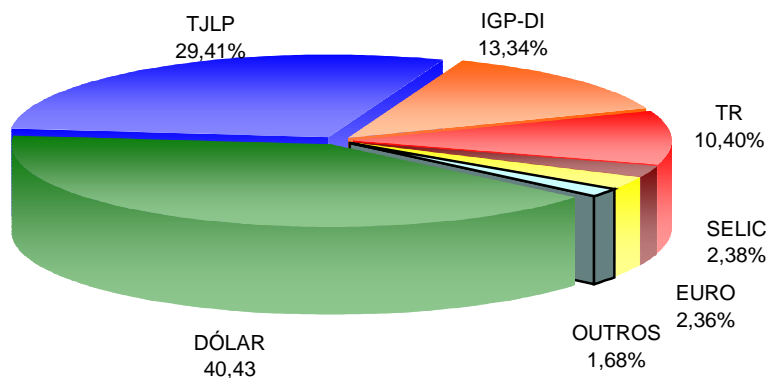
R\$Milhões		
MOEDA	VALOR	%DO TOTAL
DÓLAR	2.822	40,43%
TJLP	2.053	29,41%
IGP-DI	931	13,34%
TR	726	10,40%
SELIC	166	2,38%
EURO	165	2,36%
OUTROS	117	1,68%
TOTAL GERAL	6.980	100,00%

Fonte: SEFAZ/CEDIP



GRÁFICO XXXIII

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR MOEDA EM 2013



De acordo com o § 7º, do Artigo 30, da LC 101, de 04/05/2000, Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Em 2013, o saldo devedor dos precatórios é de R\$ 613.975.870,14, em comparação com o exercício anterior houve um acréscimo de 29,31%. Esse aumento deve-se à revisão, por parte dos tribunais, principalmente da atualização monetária e de juros dos processos judiciais que compõe o referido estoque, e, ainda, às inscrições e baixas ocorridas no período.

O SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA

A tabela a seguir mostra a trajetória do serviço da dívida e também da evolução do estoque ao fim de cada ano. Os números evidenciam que os Juros e os Encargos da Dívida, no ano de 2013, somaram R\$ 246 milhões, representando 31,84% do serviço da dívida. Este valor comparado ao ano anterior demonstra um acréscimo de 8,39% em termos nominais, em virtude do volume de novas operações de crédito contratadas a partir de 2010, e conseqüentemente pelo volume de liberações ocorridas neste período até 2013 que geraram juros e encargos.

As amortizações em 2013 alcançaram R\$ 528 milhões, representando 68,16% do serviço da dívida, ficando inferior ao ano de 2012 em 24,64%, em termos nominais. Esta diminuição das amortizações em relação a 2012 foi em virtude principalmente da amortização extraordinária do PEF I com recursos da operação de crédito do PROINVESTE/BNDES no valor de R\$ 217 milhões, o que elevou o serviço da dívida naquele ano.

TABELA 92
EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL PERÍODO 2010 A 2013

(R\$ 1.000,00)

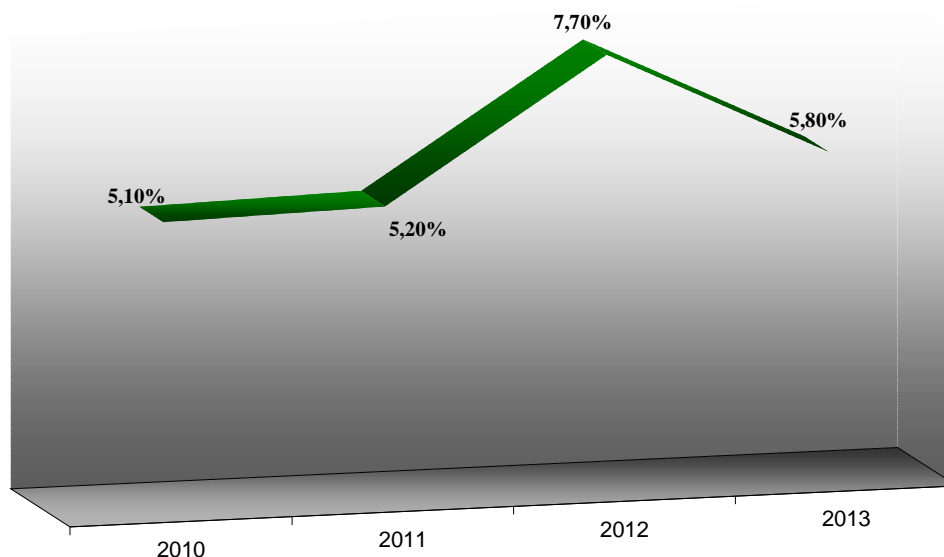
DEMONSTRATIVO DE GASTO COM DÍVIDA PÚBLICA				
Discriminação	2010	2011	2012	2013
1. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	163.353	176.579	195.415	211.880
2. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	25.656	25.592	31.987	34.600
3. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	194.058	259.039	546.393	370.531
4. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	107.859	112.418	153.797	157.142
5. TOTAL SERVIÇO DA DÍVIDA(1+2+3+4)	490.926	573.628	927.592	774.154
<p>Nota 1: O valor das amortizações de 2012 contempla a amortização extraordinária no valor de R\$ 217.050 mil relativo ao PEF I com recursos do PROINVESTE.</p> <p>A partir de 2012 consta os pagamentos de precatórios.</p> <p>Nota 2: O valor da dívida fundada total não inclui garantias, inclui precatórios e o parcelamento com o INSS e PASEP.</p>				

Em relação à capacidade de pagamento anual limitada 11,5% da RCL, conforme Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, o Estado do Ceará cumpriu o limite para 2013, com 5,8% de comprometimento. Em 2012 foi de 7,6% considerando neste percentual a amortização extraordinária mencionada em nota na tabela acima.



GRÁFICO XXXIV

CAPACIDADE DE PAGAMENTO ANUAL DA DÍVIDA PÚBLICA - LIMITADA 11,5% DA RCL



Esses dados reforçam ainda mais o compromisso do Estado com o equilíbrio das contas públicas. Entretanto, uma política fiscal que imponha um ritmo forte de redução da relação Dívida/PIB para um Estado carente e que é muito demandado pela sociedade como o Ceará, é fator limitante para um governo que tem como eixo estratégico à consecução de metas econômicas e sociais que levem à inclusão socioeconômica dos mais necessitados.

Com relação aos parcelamentos de dívidas de contribuições referentes ao INSS e ao PASEP, foram registrados os saldos de R\$ 55.602.928,69 e R\$ 29.016.464,58, respectivamente. Convém lembrar que os referidos parcelamentos foram incluídos na Dívida do Estado a partir do exercício de 2006 e amparados pelos seguintes instrumentos legais: Medida provisória nº 2043-20/2000, Medida provisória nº 38/2002 e Lei nº 11.941/2009.

4.1.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”



As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

TABELA 93
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

(R\$ 1,00)		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	29.413.529.566,70	25.717.030.534,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.827.729.916,89	8.094.932.604,18
Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos	272.951.946,44	221.406.861,73
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	676.460.452,67	648.163.660,57
Transferências e Delegações Recebidas	17.504.462.740,64	16.485.882.150,21
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.131.924.510,06	266.645.258,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	27.158.206.575,74	24.036.303.894,01
Pessoal e Encargos	4.774.111.493,41	4.894.828.026,87
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	16.092.639,85	14.814.624,23
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.418.246.159,45	1.241.614.334,57
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.084.680.115,41	854.649.097,67
Transferências e Delegações Concedidas	18.270.036.230,27	16.686.826.403,08
Desvalorização e Perda de Ativos	1.267.525.430,98	45.745.329,80
Tributárias	125.237.895,23	41.644.097,70
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	202.276.611,14	256.181.980,09
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.255.322.990,96	1.680.726.640,82
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação do Ativo	1.722.872.668,15	1.083.024.683,72
Desincorporação do Passivo	527.038.585,58	686.608.585,16
Incorporação do Passivo	1.190.525.228,89	811.527.194,34
Desincorporação do Ativo	130.454.502,30	59.842.491,27

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Como demonstra a tabela anterior, o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. No exercício de 2013, foi positivo, no valor de R\$ 2.255.322.990,96.



4.1.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos (STN, 2012).

Em 2013, a Demonstração dos Fluxos de Caixa da Administração Direta foi elaborada pelo método direto e evidenciou os ingressos e desembolsos (movimentações no caixa e seus equivalentes) ocorridos, nos seguintes fluxos:

- (a) das operações;
- (b) dos investimentos;
- (c) dos financiamentos; e
- (d) independente da execução orçamentária.

O resultado do confronto entre ingressos e desembolsos de cada grupo é somado resultando na Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa. Esta, por sua vez, deve ser igual a Variação de Caixa e Equivalente de Caixa do Período, que é calculada pela diferença entre o saldo final e inicial da conta “Caixa e Equivalente de Caixa”.

TABELA 94
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO FLUXO DE CAIXA

(R\$ 1,00)	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	
Ingressos	26.039.629.712,97
Desembolsos	24.865.935.888,73
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.173.693.824,24
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Ingressos	595.604.095,87
Desembolsos	1.780.553.424,27
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.184.949.328,40
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Ingressos	1.190.525.228,89
Desembolsos	527.038.585,58
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	663.486.643,31
FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO	
Ingressos	4.874.155.240,27
Desembolsos	4.866.294.583,52
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7.860.656,75
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	660.091.795,90
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	1.852.538.402,82
Caixa e Equivalente de Caixa Final	2.512.630.198,72
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	660.091.795,90

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Em 2013, a Administração Direta apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, no valor de R\$ 660.091.795,90 (Tabela 94). Ressalta-se que as atividades das operações foram as que mais contribuíram para esta geração, auxiliando inclusive na absorção dos Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Investimento, que apresentaram um resultado negativo, no valor de R\$ 1.184.949.328,40.

4.2. Balanços das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE) e Fundos.

No exercício de 2013, a Administração Indireta apresentou seus resultados gerais por meio de balanços, demonstrativos e anexos de treze Autarquias, sete Fundações, quatro Empresas Estatais Dependentes e vinte e três Fundos.

Os Fundos FEHIS, FIES e FUNDEAGRO não tiveram execução orçamentária no exercício de 2013, no entanto, estão apresentados seus resultados em virtude de constarem da Lei Orçamentária Anual.

Foi consignado na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2013 para o Fundo de Desenvolvimento de Defesa Agropecuária - FUNDEAGRO o valor de R\$ 200.000,00. Porém, não foi contabilizado no S2GPR em virtude do seu Código Orçamentário ter sido gerado com o número de um Fundo Estadual extinto. Portanto, nos demonstrativos que apresentam a Previsão inicial da Receita e a Fixação da Despesa, no Sistema Contábil, encontra-se menor o valor do orçamento do referido Fundo.

No balanço estão evidenciadas as seguintes demonstrações:

- orçamentárias, que esclarecem a execução do orçamento;
- financeiras, que indicam os recebimentos e os pagamentos, bem como a posição das disponibilidades inicial e final do exercício;
- patrimoniais, que evidenciam a composição do patrimônio da entidade sob o ponto de vista dos bens, direitos e compromissos com terceiros.

4.2.1. Balanço Orçamentário

No Balanço Orçamentário estão demonstradas as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas. Do comparativo entre as Receitas Arrecadadas e as Despesas Realizadas resulta o superávit ou déficit orçamentário.